

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/5444	7968/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DACOA - UAAOA [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

CONSIDERANDO QUE:

O Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, aprovado pela Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, estabelece a possibilidade da administração rodoviária se relacionar com municípios e outras entidades públicas, em matéria de construção**. **

CONSIDERANDO AINDA QUE:

- O Nó de Infias constitui o principal ponto de congestionamento de trânsito da cidade de Braga por via da afluência de muitas vias estruturantes de ligação inter-regional e nacional com evidentes reflexos negativos no trânsito local. Esta situação é gerada, sobretudo, pela sua localização numa das principais “portas” da cidade que, por sua vez, canaliza para o centro urbano os veículos provenientes dos concelhos contíguos com relação mais forte com Braga, devido aos movimentos pendulares registados;
- Pela análise dos registos de tráfego existentes para o local, verifica-se que os volumes de tráfego gerados nas vias que estão sob a jurisdição da IP, SA. não são compatíveis com



a capacidade de escoamento do nó viário em apreço, o que cria situações de saturação das vias locais, com evidentes constrangimentos para a adequada circulação e vivência urbana na sua envolvente;

3. O Nó de Infias é um ponto da rede viária onde ocorrem problemas de tráfego decorrentes da existência de atrasos e congestionamentos, que resultam, sobretudo, da confluência de diversas vias que provêm dos concelhos limítrofes;

4. A melhoria da circulação e segurança rodoviária, no sentido de contribuir para o aumento das condições de segurança e conforto de circulação rodoviária dos seus utilizadores, é um dos principais objetivos da Infraestruturas de Portugal S.A., enquanto gestora das infraestruturas rodoviárias;

5. Compete às câmaras municipais colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central, nos termos do n.º 1, alínea r), do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atualizada;

6. O inegável e notório interesse público municipal no reordenamento do Nó de Infias e da rede viária envolvente, no propósito de solucionar os constrangimentos verificados, na estratégia de mobilidade para a cidade e para a área de influência deste acesso rodoviário;

7. Os benefícios resultantes do projeto e do acordo pretendido, do interesse de ambas as partes, e que numa perspetiva de análise custo-benefício, em termos materiais e imateriais, traz seguramente muitas e maiores vantagens ao Município.

8. Em 14 de abril de 2020 foi celebrado um Acordo de Colaboração que identifica as responsabilidades da IP e do Município de Braga no desenvolvimento do projeto de execução para a requalificação e beneficiação do Nó de Infias, sendo agora necessário acordar os termos e responsabilidades de cada uma das partes na execução da obra.

PROPONHO

Que a Câmara Municipal, nos termos das disposições conjugadas do n.º 2 e do n.º 3 do artigo 44.º do Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, aprovado pela Lei n.º 34 /2015, de 27 de abril e do artigo 2.º, do artigo 23.º, n.º 2, alínea c), do artigo 33.º, n.º 1, alínea ee) e alínea r), do artigo 35.º, n.º 1, alínea b) e n.º 2, alínea f) do citado Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

E, bem assim, dos artigos 1.º, n.º 3 e 13.º, n.º 1, alínea b) do Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio e dos artigos 7.º, n.º 1, alínea b), 12.º e 13.º dos Estatutos da Infraestruturas de Portugal, S.A., anexos ao diploma legal referido por último;

Delibere aprovar a celebração do ACORDO DE GESTÃO com a IP, conforme minuta em anexo.



DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



ACORDO DE GESTÃO

O Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, aprovado pela Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, estabelece a possibilidade da administração rodoviária se relacionar com municípios e outras entidades públicas, em matéria de construção.

Considerando que:

1. O Nó de Infias constitui o principal ponto de congestionamento de trânsito da cidade de Braga por via da afluência de muitas vias estruturantes de ligação inter-regional e nacional com evidentes reflexos negativos no trânsito local. Esta situação é gerada, sobretudo, pela sua localização numa das principais “portas” da cidade que, por sua vez, canaliza para o centro urbano os veículos provenientes dos concelhos contíguos com relação mais forte com Braga, devido aos movimentos pendulares registados;
2. Pela análise dos registos de tráfego existentes para o local, verifica-se que os volumes de tráfego gerados nas vias que estão sob a jurisdição da IP, SA. não são compatíveis com a capacidade de escoamento do nó viário em apreço, o que cria situações de saturação das vias locais, com evidentes constrangimentos para a adequada circulação e vivência urbana na sua envolvente;
3. O Nó de Infias é um ponto da rede viária onde ocorrem problemas de tráfego decorrentes da existência de atrasos e congestionamentos, que resultam, sobretudo, da confluência de diversas vias que provêm dos concelhos limítrofes;
4. A melhoria da circulação e segurança rodoviária, no sentido de contribuir para o aumento das condições de segurança e conforto de circulação rodoviária dos seus utilizadores, é um dos principais objetivos da Infraestruturas de Portugal S.A., enquanto gestora das infraestruturas rodoviárias;
5. Compete às câmaras municipais colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central, nos termos do n.º 1, alínea r), do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atualizada.
6. Em 14 de abril de 2020 foi celebrado um Acordo de Colaboração que identifica as responsabilidades da IP e do Município de Braga no desenvolvimento do projeto de execução para a requalificação e beneficiação do Nó de Infias, sendo agora necessário acordar os termos e responsabilidades de cada uma das partes na execução da obra.
7. A **IP** promoveu a inclusão da obra referida na Cláusula 1.ª no seu Plano de

Assim,

Nos termos das disposições conjugadas do n.º 2 e do n.º 3 do artigo 44.º do Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, aprovado pela Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, o Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. emitiu parecer prévio favorável ao Acordo de Gestão, nos termos da comunicação com a referência _____, de __/__/2025;

Acrescendo ainda as disposições do artigo 2.º, do artigo 23.º, n.º 2, alínea c), do artigo 33.º, n.º 1, alíneas r) e ee) e do artigo 35.º, n.º 1, alínea b) e n.º 2, alínea f) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

E, bem assim, dos artigos 1.º, n.º 3 e 13.º, n.º 1, alínea b) do Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio e dos artigos 7.º, n.º 1, alínea b), 12.º e 13.º dos Estatutos da Infraestruturas de Portugal, S.A., anexos ao diploma legal referido por último;

Tendo a minuta do presente acordo sido aprovada pelo Conselho de Administração da Infraestruturas de Portugal, na reunião de _____, e pela Câmara Municipal de Braga, em reunião de _____;

É celebrado entre:

A **Infraestruturas de Portugal, S.A.**, com sede na Praça da Portagem, 2809-013 Almada, pessoa coletiva n.º 503 933 813, representada pela Senhora Vice-Presidente do Conselho de Administração Executivo, Dra. Maria Amália Almeida, com poderes para o ato nos termos do disposto no ID 1.2 do Quadro da Delegação de Poderes e Subdelegação de Poderes aprovada pela Deliberação CAE _____, daqui em diante designada por **IP**

E

O **Município de Braga**, com sede na Praça do Município, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506 901 173, representado neste ato pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. Ricardo Rio, doravante designado por **MB**.

O acordo de gestão que se rege pelos considerandos supra e pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente acordo tem por objeto a execução da requalificação e beneficiação do Nó de Infias, de acordo com esboço corográfico que constitui o anexo I ao presente acordo e que dele faz parte integrante.

Cláusula 2.^a

Projeto

O projeto de execução relativo aos trabalhos objeto do presente acordo, que se junta como anexo II, e que dele faz parte integrante, foi contratado pelo **MB** e desenvolvido em articulação com a **IP**, no âmbito do Acordo de Colaboração celebrado em 14-04-2020, que se junta sob o anexo III, e que dele faz parte integrante

Cláusula 3.^a

Aprovação do Projeto

O projeto de execução foi objeto de aprovação prévia pela **IP**.

Cláusula 4.^a

Expropriações

1. O **MB** responsabiliza-se a expensas próprias pela aquisição das parcelas de terreno necessárias à execução da intervenção mencionada na Clausula 1.^a, quer por via do direito privado, quer por via do processo expropriativo, promovendo todos os atos necessários para o efeito e suportando todos os encargos que lhe estejam associados.
2. Efetuada a aquisição das parcelas, o **MB** promoverá os atos necessários, e a expensas suas, à transmissão das referidas parcelas para o domínio público rodoviário do Estado, sob administração da **IP**, nos termos e para os efeitos do estabelecido nos artigos 27.º, n.º 2, e 29.º do Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional.

Cláusula 5.^a

Terrenos municipais

O **MB** disponibiliza, a título gratuito, os terrenos municipais que se mostrem necessários à execução da obra.

Cláusula 6.^a

Dono da obra

1. A **IP** assume-se como dono da obra relativamente à intervenção mencionada na Cláusula 1.^a, competindo-lhe lançá-la, geri-la, executá-la e fiscalizá-la, desde o procedimento pré-contratual até ao seu encerramento administrativo, cabendo-lhe ainda, a responsabilidade pela execução material e financeira da obra.
2. O **MB** iniciará as expropriações após comunicação da **IP** para o efeito.

Cláusula 7.^a

Transferência dominial

1. Os bens, móveis e imóveis, objeto da obra, designadamente os terrenos expropriados e/ou disponibilizados pelo **MB** e também incorporados na obra, que se destinem a fazer parte da rede rodoviária nacional serão integrados no domínio público rodoviário nacional.
2. O **MB** obriga-se a entregar à **IP** a documentação e bem assim, a fornecer todas as informações necessárias ao cumprimento dos deveres que sobre esta recaem, relativamente ao registo predial do bem que passa a integrar o domínio público do Estado, bem como, ao fornecimento ao IMT pela **IP**, até 31 de março de cada ano, de todos os elementos necessários à atualização do cadastro do património rodoviário a que se referem os preceitos dos artigos 27.º n.º 2 e 29.º do Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional.
3. O **MB** presta ainda à **IP** todo o apoio que se mostre necessário, para a concretização do referido no número anterior.

Cláusula 8.^a

Bens que integram o domínio público

O **MB** não tem direito a qualquer quantia, a que título seja, em qualquer fase de execução do acordo ou depois dele terminar, por qualquer material, equipamento, infraestrutura, direito e/ou bem, sua aquisição, montagem, incorporação no solo, estudos, projetos ou obras relacionadas direta ou indiretamente, conservação ou manutenção, alteração ou melhoria, etc. que incorpore na estrada e que integre ou deva integrar o domínio público rodoviário do Estado.

Cláusula 9.^a

Incumprimento

1. O incumprimento das obrigações de qualquer das partes confere, à parte não faltosa, o direito de exigir o cumprimento ou reparação dos danos sofridos, em prazo razoável e adequado às circunstâncias e, se aquela o não fizer no prazo fixado, esta poderá rescindir o presente acordo, sem prejuízo do direito às indemnizações a que houver lugar, nos termos gerais do direito.
2. No caso de transmissão de qualquer facto que possa configurar cumprimento defeituoso ou incumprimento de obrigação, deverá o mesmo, ser comunicado por carta registada com aviso de receção, para os endereços postais presente acordo.
3. Em caso de resolução, a respetiva intenção deverá ser comunicada por carta registada com aviso de receção, para os endereços postais indicados no presente acordo.

Cláusula 10.^a

Correspondência

A correspondência a dirigir entre as partes, no âmbito da execução do presente acordo, são efetuadas por carta registada com aviso de receção para os respetivos endereços:

- a. A correspondência que o **MB** remeter à **IP** deve ser efetuada para:
Infraestruturas de Portugal, S.A.
Direção de Serviços da Rede e Parcerias
Praça da Portagem
2809-013 Almada
drp@infraestruturasdeportugal.pt
- b. A correspondência que a **IP** ou seus representantes dirigirem ao **MB** deve ser efetuada para:
Câmara Municipal de Braga
Praça do Município
4700-435 Braga

Cláusula 11.^a

Dever de colaboração

1. O **MB** e a **IP** obrigam-se reciprocamente a colaborar, no âmbito do presente acordo, em especial no que se refere ao seguinte:
 - a) Cumprimento de obrigações legais;
 - b) Formalização de situações constituídas;

- c) Prestação de informação;
- d) Fornecimento de documentos;
- e) Defesa dos interesses das partes perante terceiros.

2. O dever de colaboração mantém-se para além do prazo de vigência do acordo.

Cláusula 12.^a

Vigência

O presente acordo entra em vigor no dia seguinte ao da sua assinatura, e vigora até à receção provisória da obra.

Cláusula 13.^a

Contagem dos prazos

Para efeitos de contagem dos prazos estabelecidos no presente acordo, são aplicáveis as seguintes regras:

- a. Não se inclui na contagem do prazo, o dia em que ocorrer o evento a partir do qual o mesmo começa a correr.
- b. Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.
- c. O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, mas se no último mês não existir dia correspondente o prazo finda no último dia desse mês.
- d. O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato que não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.

Cláusula 14.^a

Foro

Os litígios que possam surgir em matéria de aplicação, interpretação ou integração das regras estabelecidas no presente Acordo de Gestão e que não possam ser resolvidos por acordo entre as partes, serão dirimidos com recurso ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada, com expressa renúncia a qualquer outro.

Almada, de de 2025

Infraestruturas de Portugal, S.A.

()

Município de Braga

Ricardo Rio
(Presidente da Câmara Municipal)

Anexo I – Esboço Corográfico

Anexo II – Projeto de Execução

Anexo III – Acordo de colaboração de 14/04/2020